

A Carta de Veneza: 1964-2004

A “Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios”, conhecida por Carta de Veneza, celebra quatro décadas este ano. Trata-se de um texto internacional sobre princípios de intervenção em monumentos que recebeu a aprovação unânime do Congresso dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos.

Ao chegar a Veneza, três dias antes do início do II Congresso dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, que decorreu de 25 a 31 de Maio de 1964 (o I Congresso realizara-se em Paris, de 6 a 11 de Maio de 1957), Raymond Lemaire recebe de Piero Gazzola um rascunho com pistas de reflexão – redigidas por si e por Roberto Pane – e a incumbência de preparar um texto doutrinário a submeter ao Congresso. A ideia de redigir uma carta internacional, que contivesse os princípios de intervenção em monumentos, fora debatida nos meses de preparação do Congresso, mas foi abandonada no início de Maio. Lemaire, surpreendido com a inclusão no programa definitivo do Congresso da adopção de uma carta internacional, imediatamente começou a escrever o texto da carta, coadjuvado por Paul Philippot e Jean Sonnier. Este texto foi depois examinado e adoptado por um comité de redacção, composto por 23 especialistas de 18 países, e submetido à votação do Congresso, que o aprovou por unanimidade! Nasce assim a “Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios”, conhecida por Carta de Veneza, que este ano celebra 40 anos.


Na origem da Carta de Veneza está a “Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos”. Esta consiste nas conclusões da Conferência Internacional sobre a Protecção e a Conservação de Monumentos de Arte e de História organizada pelo Serviço Internacional de Museus, que decorreu naquela cidade grega (de 21 a 30 de Outubro de 1931), e na qual participaram 120 peritos de 24 países. A Carta de Atenas de

1931 – que não deve ser confundida com a “Carta de Atenas sobre o urbanismo moderno”, redigida pelos CIAM em 1933 – resultou da necessidade de propor princípios internacionalmente aceites sobre o modo como conservar e restaurar edifícios antigos. No entanto, apesar da qualidade do seu conteúdo, a Carta de 1931 não teve a divulgação e o êxito que a de 1964 iria ter.

O sucesso da Carta de Veneza deve-se não só aos conceitos inovadores, mas também à sua divulgação em todo o mundo por intermédio do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS). Criado em Junho de 1965, na sequência de uma resolução do Congresso de Veneza, o ICOMOS adoptou a Carta de Veneza como seu documento fundador e, imediatamente, os seus membros puseram em prática os princípios nela apresentados que, resumidamente, são:

- o respeito pela autenticidade;
- a noção alargada de monumento histórico;
- a multidisciplinaridade dos intervenores no património;
- o objectivo da conservação e do restauro dos monumentos é a salvaguarda da obra de arte e do testemunho histórico;
- a manutenção permanente dos edifícios, como forma de evitar a sua degradação;
- a afectação dos monumentos a uma função útil à sociedade, desde que a nova função não os descaracterize;
- a preservação da zona envolvente do monumento;
- a proibição do deslocamento total ou parcial de um monumento;

- o restauro tem um carácter excepcional;
- a proibição de reconstituições conjecturais;
- a harmonização dos acrescentos novos com o edifício existente, mas deixando clara a contemporaneidade;
- a indispensabilidade de um estudo arqueológico e histórico anterior à intervenção;
- a preferência por técnicas tradicionais de construção, mas com possibilidade de recurso a técnicas modernas em certos casos;
- o respeito pelos contributos válidos de cada época histórica;
- as escavações arqueológicas devem respeitar normas científicas;
- a anástilose é permitida apenas em certos casos;
- todos os trabalhos devem ser documentados e, se possível, publicados.

Ao fim de uma década de implementação, o ICOMOS sentiu que era preciso rever e ampliar o texto da Carta. Após acesa discussão, resolveu-se manter o texto original e complementá-lo com novas cartas que se debriçassem sobre aspectos específicos que a sintética Carta de Veneza não abarcou. Surgem então as cartas sobre o turismo cultural (1976 e 1999), salvaguarda de jardins históricos (1981), cidades históricas (1987), gestão do património arqueológico (1990), património subaquático (1996), arquitectura vernácula (1999) e pinturas murais (2003). 

MIGUEL BRITO CORREIA,
Arquitecto